

Sivanildo de Araújo Dantas

Mestre e Especialista em Direito Constitucional Professor de Direito.

Manual das Eleições

Eleições 2006

- Registro de candidatura
- Pesquisa eleitoral
- Arrecadação e aplicação de recursos e prestação de contas
- Propaganda eleitoral
- Dia das eleições
- Direito processual eleitoral
- Ações eleitorais específicas
- Recursos eleitorais
- Lei 9.504/97 - atualizada pela Lei 11.300/06
- Lei das inelegibilidades
- Calendário eleitoral
- Súmulas do TSE

Juruá Editora
Curitiba
2006



<http://bdjur.stj.gov.br>

**Localização: 342.8(81)
D192m**

Código de barras: STJ00064759

Dantas, Sivanildo de Araújo.

D192 Manual das eleições - Eleições 2006./ Sivanildo de Araújo
Dantas./ Curitiba: Juruá, 2006. 300p.

1. Eleições - Brasil. 2. Legislação eleitoral. I. Título.

CDD 342.07(22.ed)
CDU 342.8



SUMARIO

LISTA DE ABREVIATURAS	27
------------------------------	-----------

PARTE I DIREITO ELEITORAL CONSTITUCIONAL

Capítulo 1 - DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	31
1.1 Considerações gerais	31
1.2 Privação dos direitos políticos	31
1.3 Inelegibilidades	32
1.3.1 Definição	32
1.3.2 Previsão constitucional e infraconstitucional	32
1.3.3 Classificação das inelegibilidades	32
1.3.3.1 Absolutas	32
1.3.3.2 Relativas	32
1.3.3.3 Inelegibilidade Constitucional	33
1.3.3.3.1 Da função exercida (CF/88, art. 14, §§ 5º e 6º)	33
1.3.3.3.2 De parentesco (CF/88, art. 14, § 7º)	33
1.3.3.3.3 Do militar (CF/88, art. 14, § 8º)	34
1.3.3.3.4 Da situação especial dos magistrados, membros dos Tribunais de Contas e do Ministério Público	34
1.3.3.4 Inelegibilidade infraconstitucional	35
1.4 Incompatibilidade	36
1.4.1 O que são incompatibilidades	36
1.4.2 Desincompatibilização	36
1.4.3 Principais prazos para desincompatibilização	36
1.4.3.1 Eleição presidencial	36
1.4.3.1.1 Cargo pretendido: Presidente da República.	36
1.4.3.1.2 Cargo pretendido: Vice-presidente da República	39
1.4.3.2 Eleições federais	41
1.4.3.2.1 Cargo pretendido: Senador da República	41
1.4.3.2.2 Cargo pretendido: Deputado Federal	44
1.4.3.3 Eleições estaduais	47
1.4.3.3.1 Cargo pretendido: Governador de Estado	47
1.4.3.3.2 Cargo pretendido: Vice-Governador	50
1.4.3.3.3 Cargo pretendido: Deputado Estadual/Distrital	53



Capítulo 2 - DIREITO POLÍTICO POSITIVO	57
2.1 Considerações gerais	57
2.2 Alistabilidade (ou capacidade eleitoral ativa)	57
2.3 Elegibilidade (ou capacidade eleitoral passiva)	57
2.3.1 Definição	58
2.3.2 Previsão constitucional	58

PARTE II
DIREITO ELEITORAL INFRACONSTITUCIONAL

Capítulo 3 - CONVENÇÃO PARTIDÁRIA E COLIGAÇÃO	63
3.1 Convenção partidária	63
3.1.1 Definição	63
3.1.2 Período das convenções	63
3.1.3 Objetivo	63
3.1.4 Partidos aptos a participarem das eleições de 2006	64
3.1.5 Modelo de edital	66
3.2 Coligação	67
3.2.1 Definição	67
3.2.2 Formação de coligação	67
3.2.3 Verticalização	67
3.2.4 Denominação	69
3.2.5 Prerrogativas e obrigações	69
3.2.6 Representação da coligação	69

Capítulo 4 - REGISTRO DE CANDIDATURA	71
4.1 Previsão constitucional e legal	71
4.2 Requisitos para o registro de candidatura	71
4.3 Relação entre o número de registro de candidaturas e lugares a preencher	72
4.4 Legitimidade para requerer o registro de candidatura	73
4.4.1 Na hipótese de o partido concorrer isoladamente poderão requerer	73
4.4.2 Se o partido estiver coligado, poderão requerer o registro (Lei 9.504/97, art. 6º, § 3º, II)	73
4.5 Comunicação do valor máximo de gastos na campanha	73
4.6 Prazo para requerer o registro	74



4.7 Documentação exigida para o registro	74
4.8 Variação nominal	76
4.8.1 Eleição majoritária	76
4.8.2 Eleição proporcional	76
4.9 Nomes ou variações nominais iguais (homonímia)	76
4.10 Número de legenda e de identificação dos candidatos. (Lei 9.504/97, art. 15)	78
4.10.1 Preferência	78
4.10.2 Atribuição de números aos candidatos à eleição majoritária ...	78
4.11 Substituição de candidatos	79
4.11.1 Hipóteses (Lei 9.504/97, art. 13, caput)	79
4.11.2 Substituição de candidatos nas eleições majoritárias	79
4.11.3 Substituição de candidatos nas eleições proporcionais	79
4.12 Modelos de documentos para o registro de candidato	80
4.12.1 Autorização individual do candidato	80
4.12.2 Declaração de bens do candidato	81
4.12.3 Pedido de registro do candidato	82
4.13 Fluxograma de pedido de registro de candidatura	83

Capítulo 5 - PESQUISA ELEITORAL 85

5.1 Definição	85
5.2 Previsão legal	85
5.3 Do registro da pesquisa	85
5.4 Da publicidade da pesquisa	86
5.5 Penalidades	86
5.6 Da fiscalização	87
5.7 Da responsabilidade penal	87
5.8 Veiculação dos dados corretos	87
5.9 Possibilidade de responsabilidade solidária	87
5.10 Fluxograma do registro de pesquisa eleitoral	88

Capítulo 6 - ARRECADAÇÃO, APLICAÇÃO DE RECURSOS NAS CAMPANHAS ELEITORAIS E PRESTAÇÃO DE CONTAS 89

6.1 Previsão legal	89
6.2 Providências preliminares ao início da campanha	89
6.3 Solicitação do registro do candidato / Limite de gastos por candidatura	90
6.4 Solicitação do registro do comitê financeiro	90



6.5 Atribuições do comitê financeiro (Lei 9.504/97, arts. 19, 28, §§ 1º e 2º, e 29)	91
6.6 Registro do comitê	92
6.7 Documentos necessários para a constituição do comitê	92
6.8 Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)	92
6.9 Abertura de conta bancária específica para a movimentação financeira de campanha	93
6.10 Recibos eleitorais	94
6.11 Arrecadação de recursos para a campanha eleitoral	94
6.11.1 Fontes dos recursos para a campanha eleitoral	94
6.11.2 Doações para a campanha eleitoral	95
6.11.3 Da comercialização de bens e da realização de eventos	96
6.11.4 Prazo limite para arrecadação e despesas eleitorais	96
6.12 Aplicação de recursos na campanha eleitoral	97
6.12.1 Gastos eleitorais	97
6.13 Prestação de contas da campanha eleitoral	98
6.13.1 Disposições gerais.	98
6.13.2 Responsabilidade	98
6.13.3 Prazo para a prestação de contas	98
6.13.4 Obrigação de prestar contas	98
6.13.5 Sobra de campanha	99
6.13.6 Documentos a serem apresentados na prestação de contas	100
6.13.7 Investigação judicial eleitoral relativa a prestação de contas	101

Capítulo 7 - PROPAGANDA ELEITORAL	103
7.1 Considerações gerais	103
7.2 Publicidade institucional	103
7.3 Propaganda partidária	104
7.3.1 Previsão legal	104
7.3.2 Objetivo	105
7.3.3 Período permitido	105
7.4 Propaganda intrapartidária	105
7.4.1 Previsão legal	105
7.4.2 Objetivo	105
7.4.3 Período permitido	105
7.4.4 Tipos de meios de comunicação vedados	106
7.4.5 Penalidade pelo descumprimento	106
7.5 Propaganda eleitoral	106
7.5.1 Definição	106
7.5.2 Previsão legal	106
7.5.3 Aspectos gerais da propaganda eleitoral	107



7.5.3.1 Início do período da propaganda eleitoral	107
7.5.3.2 Término do período da propaganda eleitoral	107
7.5.4 Propaganda eleitoral antecipada	107
7.5.5 Propaganda eleitoral regular	108
7.5.5.1 Propaganda eleitoral mediante folheto (santinho)	108
7.5.5.2 Propaganda eleitoral através de ato público (comícios, passeatas e carreatas)	108
7.5.5.3 Propaganda eleitoral através de alto-falantes e amplificadores de som	109
7.5.5.4 Propaganda eleitoral em bens particulares	109
7.5.5.5 Propaganda eleitoral nos bens públicos de uso comum	109
7.5.5.6 Propaganda eleitoral na mídia	110
7.5.5.6.1 Propaganda eleitoral em outdoors	110
7.5.5.6.2 Propaganda eleitoral na imprensa	110
7.5.5.6.6 Propaganda eleitoral no rádio e na televisão	111
7.5.5.6.3.1 Considerações gerais	111
7.5.5.6.3.2 Quadro geral da propaganda eleitoral na televisão	111
7.5.5.6.3.3 Propaganda eleitoral em TV a cabo	113
7.5.6 Propaganda eleitoral irregular	113
7.5.7 Propaganda eleitoral criminosas	114

Capítulo 8 - DIREITO DE RESPOSTA 117

8.1 Definição	117
8.2 Previsão legal	117
8.3 Legitimados para pedir o exercício do direito de resposta	117
8.4 Prazos para pedir o exercício do direito de resposta	118
8.5 Prazo de defesa	118
8.6 Prazo para a Justiça Eleitoral decidir	118
8.7 Dos requisitos do pedido do exercício do direito de resposta	118
8.7.1 Os requisitos gerais são:	118
8.7.2 Os requisitos específicos são as circunstâncias, o momento e o veículo de comunicação	119
8.7.3 Fluxograma do direito de resposta por ofensa veiculada na imprensa escrita (Eleição para Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual/Distrital e Governador)	120
8.7.4 Fluxograma do direito de resposta por ofensa veiculada em programação normal das emissoras de rádio e TV (Eleição para Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual/Distrital e Governador)	122
8.8 Do recurso contra decisão sobre o exercício do direito de resposta	123



Capítulo 9 - CONDUTAS VEDADAS AOS AGENTES PÚBLICOS EM CAMPANHA ELEITORAL	125
9.1 Previsão legal	125
9.2 Definição legal de agentes públicos	125
9.3 Objetivo da lei	125
9.4 Espécies de condutas	126
9.4.1 Cessão ou uso de bens públicos	126
9.4.2 Cessão ou uso de materiais ou serviços públicos	126
9.4.3 Cessão de servidores públicos	127
9.4.4 Distribuição de bens e serviços sociais públicos	127
9.4.5 Proibições relacionadas ao servidor público	127
9.4.6 Transferência voluntária de recursos, propaganda de produtos e serviços e pronunciamento em cadeia de rádio e TV	128
9.4.7 Despesas com publicidade dos órgãos públicos	129
9.4.8 Revisão geral da remuneração dos servidores públicos	129
9.4.9 Abuso de autoridade	130
9.4.10 Shows artísticos em inaugurações públicas	130
9.4.11 Participação de candidato aos cargos do Poder Executivo em inaugurações	130
9.4.12 Conseqüências jurídicas para quem incidir nas condutas vedadas do art. 73	131
9.4.13 Rito processual para apuração das condutas vedadas	131
Capítulo 10 - DIA DAS ELEIÇÕES	133
10.1 Considerações gerais	133
10.2 Início e término da votação	133
10.3 Preferência para votar	134
10.4 Eleitor portador de necessidades especiais	134
10.5 Eleitores admitidos a votar	135
10.6 Eleitor sem título	135
10.7 Documento oficial para votar	135
10.8 Eleitores proibidos de votar	135
10.9 Dúvida quanto à identidade do eleitor	136
10.10 Impugnação à identidade do eleitor	136
10.11 Recusado eleitor de votar	136
10.12 Vestuário dos serventuários da Justiça Eleitoral, mesários e escrutinadores	137
10.13 Vestuário dos fiscais de partidos	137
10.14 Uso do celular pelo eleitor na seção eleitoral	137



10.15	Pessoas autorizadas a permanecerem no recinto da seção eleitoral	137
10.16	Força armada	138
10.17	Dispensa do trabalho dos eleitores nomeados para auxiliar a Justiça Eleitoral	138
10.18	Transporte de eleitores	138
10.19	Fornecimento de refeições	139
10.20	Outras condutas criminosas	139
10.21	Manifestação individual e silenciosa do eleitor	139
10.22	Captação ilícita de sufrágio (Art. 41-A)	140
10.23	Prisão de eleitor	140
10.24	Garantia de Ubedade para os membros de mesa receptora, fiscais de partido e candidatos	140
10.25	Relaxamento de prisão	141
10.26	Salvo conduto	141
Capítulo 11 - APURAÇÃO E PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES		143
11.1	Apuração	143
11.1.1	Apuração das eleições majoritárias	143
11.1.2	Apuração das eleições proporcionais	143
11.1.3	Procedimento da apuração e totalização dos votos pelos Tribunais Regionais Eleitorais	146
11.1.4	Comissão apuradora	147
11.2	Proclamação	148
11.2.1	Proclamação do resultado das eleições para Presidente da República e Governador de Estado e do Distrito Federal	148
11.2.2	Proclamação do resultado da eleição para Senador da República	149
11.2.3	Proclamação do resultado das eleições para Deputado Federal, Estadual e Distrital	149
Capítulo 12 - DIPLOMAÇÃO		151
12.1	Definição	151
12.2	Data da diplomação	151
12.3	Competência para diplomar	152
12.4	Efeitos da diplomação	152



PARTE III
DIREITO PROCESSUAL ELEITORAL

Capítulo 13 - CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O PROCESSO	157
13.1 Pressupostos de admissibilidade	157
13.2 Direito processual eleitoral	159
13.2.1 Considerações gerais	159
13.3 Algumas características típicas do processo eleitoral	160
13.3.1 Capacidade postulatória	160
13.3.2 Prazos	161
13.3.3 Prioridade dos feitos eleitorais	161
13.3.4 Preclusão	161
13.3.5 Efeitos dos recursos eleitorais	161
13.3.6 Juízo de retratação	162
13.3.7 Prejulgados	162
13.3.8 Embargos infringentes	162
13.4 Procedimento administrativo eleitoral	162
13.4.1 Alistamento de eleitor	163
13.4.2 Registro de candidato	163
Capítulo 14 - INSTRUMENTOS LEGAIS PARA INGRESSAR EM JUÍZO NO DIREITO ELEITORAL (NÃO PENAL)	165
14.1 Impugnação eleitoral	165
14.1.1 Previsão legal	165
14.1.2 Modelo de impugnação	166
14.2 Representação eleitoral	167
14.2.1 Previsão legal	167
14.2.2 Legitimados ativos	167
14.2.3 Legitimados passivos	167
14.2.4 Competência	167
14.2.5 Procedimento	168
14.2.6 Fluxograma de representação eleitoral	169



Capítulo 15 AÇÕES ELEITORAIS ESPECÍFICAS	171
15.1 Definição	171
15.2 Ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura	171
15.2.1 Considerações gerais	171
15.2.2 Fundamentação	171
15.2.3 Legitimados ativos	172
15.2.4 Legitimados passivos	172
15.2.5 Competência	172
15.2.6 Prazo	173
15.2.7 Preclusão	173
15.2.8 Petição inicial	174
15.2.9 Instrução	174
15.2.10 Efeitos	175
15.2.11 Fluxograma da ação de impugnação ao pedido de registro de candidatura (rito processual)	176
15.2.12 Modelo de petição de ação de impugnação ao registro de candidatura	178
15.3 Ação de investigação judicial eleitoral (AIJE)	180
15.3.1 Considerações gerais	180
15.3.2 Competência para processar e julgar a AIJE	180
15.3.3 Hipóteses de cabimento (objeto da ação)	180
15.3.4 Objetivo da AIJE	180
15.3.5 Instrumento processual	181
15.3.6 Termo inicial e final para a propositura da representação	181
15.3.7 Legitimidade ativa	181
15.3.8 Legitimidade passiva	181
15.3.9 Procedimento	181
15.3.10 Liminar	182
15.3.11 Revelia	182
15.3.12 Efeitos da procedência da representação	183
15.3.13 Fluxograma de ação de investigação judicial eleitoral	184
15.4 Ação de impugnação de mandato eletivo	185
15.4.1 Fundamentação constitucional	185
15.4.2 Competência para processar e julgar	185
15.4.3 Legitimados ativos	185
15.4.4 Legitimado passivo	185
15.4.5 Cabimento	186
15.4.6 Prazo	186
15.4.7 Procedimento	186
15.4.8 Requisitos da inicial	187
15.4.9 Efeitos	188
15.5 Corrupção eleitoral	188



15.6	Abuso de poder econômico	189
15.7	Fraude eleitoral	189
15.8	Fluxograma da ação de impugnação ao mandato eletivo (rito processual)	191
15.9	Petição de ação de impugnação de mandato eletivo	193

Capítulo 16 - RECURSOS ELEITORAIS 199

16.1	Definição	199
16.2	Aspectos gerais	199
16.3	Recursos contra decisões dos juízes eleitorais	200
16.3.1	Recurso inominado	200
16.3.1.1	Previsão legal	200
16.3.1.2	Hipóteses de cabimento	200
16.3.1.3	Prazo para interposição	201
16.3.1.4	Procedimento	201
16.3.1.5	Legitimidade ativa	201
16.4	Recurso contra decisões das juntas eleitorais	201
16.4.1	Recurso inominado	201
16.4.1.1	Previsão legal	202
16.4.1.2	Hipóteses de cabimento	202
16.4.1.3	Prazo para interposição	202
16.4.1.4	Procedimento	202
16.4.1.5	Legitimidade ativa	202
16.4.2	Recurso parcial	202
16.4.2.1	Previsão legal	202
16.4.2.2	Hipóteses de cabimento	203
16.4.2.3	Prazo para interposição	203
16.4.2.4	Procedimento	203
16.4.2.5	Legitimidade ativa	203
16.4.3	Recurso contra a diplomação	203
16.4.3.1	Previsão legal	203
16.4.3.2	Hipóteses de cabimento	204
16.4.3.3	Prazo para interposição	204
16.4.3.4	Procedimento	204
16.4.3.5	Legitimidade ativa	204
16.5	Recurso contra as decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais	205
16.5.1	Recurso parcial	205
16.5.1.1	Previsão legal	205
16.5.1.2	Hipóteses de cabimento	205
16.5.2	Recurso inominado	205
16.5.2.1	Previsão legal	205



16.5.2.2 Hipóteses de cabimento	205
16.5.2.3 Prazo para interposição	205
16.5.2.4 Procedimento	206
16.5.3 Embargos de declaração	206
16.5.3.1 Previsão legal	206
16.5.3.2 Hipóteses de cabimento	206
16.5.3.3 Prazo para interposição	206
16.5.4 Recurso contra a diplomação	207
16.5.4.1 Previsão legal	207
16.5.4.2 Hipóteses de cabimento	207
16.5.4.3 Prazo para interposição	207
16.5.4.4 Procedimento	207
16.5.4.5 Fluxograma do recurso contra a diplomação	208
16.5.4.6 Modelo de recurso contra expedição de diploma	209
16.5.5 Recurso especial	214
16.5.5.1 Previsão legal	214
16.5.5.2 Hipóteses de cabimento	214
16.5.5.3 Prazo para interposição	214
16.5.5.4 Procedimento	215
16.5.5.5 Modelo de petição de recurso especial	215
16.5.6 Recurso ordinário	219
16.5.6.1 Previsão legal	219
16.5.6.2 Hipóteses de cabimento	219
16.5.6.3 Prazo para interposição	219
16.5.6.4 Prazo para contra-razões	219
16.5.7 Agravo de instrumento	220
16.5.7.1 Previsão legal	220
16.5.7.2 Hipóteses de cabimento	220
16.5.7.3 Prazo para interposição	220
16.6 Recurso contra decisões do Tribunal Superior Eleitoral	220
16.6.1 Recurso inominado	220
16.6.1.1 Previsão legal	221
16.6.1.2 Hipóteses de cabimento	221
16.6.1.3 Prazo para interposição	221
16.6.1.4 Procedimento	221
16.6.2 Embargos de declaração	221
16.6.2.1 Previsão legal	221
16.6.2.2 Hipóteses de cabimento	221
16.6.2.3 Prazo para interposição	221
16.6.3 Recurso extraordinário	222
16.6.3.1 Previsão legal	222
16.6.3.2 Hipótese de cabimento	222
16.6.3.3 Prazo para interposição	222



16.6.3.4 Procedimento	222
16.6.4 Agravo de instrumento	223
16.6.4.1 Previsão legal	223
16.6.4.2 Hipóteses de cabimento	223
16.6.4.3 Prazo para interposição	223
16.6.5 Recurso ordinário	223
16.6.5.1 Previsão legal	223
16.6.5.2 Hipóteses de cabimento	223
16.6.5.3 Prazo para interposição	224
16.6.6 Ação rescisória eleitoral	224
16.6.6.1 Previsão legal	224
16.6.6.2 Hipótese de cabimento	224
16.6.6.3 Prazo para interposição	224
16.6.6.4 Legitimado ativo	224

Capítulo 17 - PROCESSO ELEITORAL PENAL 225

17.1 Ação Penal Eleitoral	225
17.1.1 Previsão legal	225
17.1.2 Natureza jurídica	225
17.1.3 Competência	225
17.1.4 Subsidiariedade do CPP	226
17.1.5 Rito processual	226
17.1.6 Denúncia	226
17.1.7 Não recebimento da denúncia	227
17.1.8 Contestação	227
17.1.9 Interrogatório	227
17.1.10 Alegações finais	228
17.1.11 Prazo para o juiz sentenciar	228
17.1.12 Recurso	228
17.1.13 Juizado Especial Criminal	228

Capítulo 18 - RECURSOS ELEITORAIS PENAI S 229

18.1 Definição	229
18.2 Aspectos gerais	229
18.3 Recursos crimina is contra decisões dos juízes eleitorais	230
18.3.1 Apelação criminal eleitoral (ou recurso criminal inominado)	230
18.3.1.1 Cabimento	230
18.3.1.2 Prazo	230
18.3.1.3 Efeito	230



18.3.2 Recurso em sentido estrito	230
18.3.2.1 Cabimento	231
18.3.2.2 Prazo	231
18.3.2.3 Efeito	231
18.3.3 Revisão criminal	231
18.3.3.1 Cabimento	231
18.3.3.2 Hipóteses de cabimento	231
18.3.3.3 Prazo	232
18.3.3.4 Efeito	232
18.3.4 Recursos contra as decisões dos tribunais regionais eleitorais	232
18.3.4.1 Recurso especial (REsp.)	232
18.3.4.1.1 Cabimento	232
18.3.4.1.2 Prazo	232
18.3.4.2 Agravo de instrumento	232
18.3.4.2.1 Prazo	233
18.3.4.2.2 Cabimento	233
18.3.4.3 Revisão criminal	233
18.4 Recursos contra as decisões do Tribunal Superior Eleitoral	233
18.4.1 Recurso extraordinário	233
18.4.1.1 Prazo	233
18.4.2 Agravo de instrumento	233
18.4.2.1 Prazo	233
18.4.2.2 Cabimento	234
18.4.3 Revisão criminal	234

PARTE IV

SÚMULAS DO TSE	237
CALENDÁRIO ELEITORAL 2006	238
LC 64/90	247
LEI 9.504/97	253
REFERÊNCIAS	273
ÍNDICE ALFABÉTICO	275

